

Memorando Nº. 024/2024/SEINFRA

Camaragibe (PE), 18 de janeiro de 2024.

Ilmo. Sr.

GABRIEL MATEUS MOURA DE ANDRADE

Controlador de Controle Interno

Controladoria Geral do Município

MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE.

Assunto: Resposta ao OF. TC. DINFRA/GAOS-Sede nº 006/2024_Solicitação
Informações_Camaragibe.

Senhor Controlador,

Cumprimentando-a cordialmente, a **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, por intermédio de seu Secretário Municipal, vem se manifestar acerca da solicitação apresentada através do Ofício supracitado, conforme razões de fato e direito dispostas em sucessivo.

I – DO OBJETO DA SOLICITAÇÃO

Trata-se de solicitação formulada pela valorosa equipe de auditoria do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, por meio qual, são solicitadas informações e documentações relacionadas com a Concorrência nº 001/2023, que tem por objeto “CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE – CBUQ (RECAPEAMENTO DE VIAS) DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, ABRANGENDO TODAS AS REGIÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS, ESTABELECIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 420/2009: RPA 01, RPA 02, RPA 03, RPA 04 E RPA 05”.

Nesse sentido, foram solicitadas informações conforme disposto no item 1 (subitens 1.1 a 1.5) do Ofício em questão, bem como requeridos os documentos referenciados no item 2 (subitens 2.1 a 2.3) do também mencionado expediente.

II – DOS ESCLARECIMENTOS REQUERIDOS

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>



Conforme se depreende do Ofício em testilha, foram apresentados 5 (cinco) itens com pedidos de esclarecimentos/justificativas por esta Municipalidade.

Sendo assim, em cumprimento a solicitação para apresentação das informações requeridas pela equipe de Auditoria, a Secretaria Municipal de Infraestrutura esclarece:

1.1. O Edital de Licitação – Concorrência nº 001/2023 já foi inserido no sistema Sagres/Licon, de sorte que o atraso decorreu das dificuldades de final ano, ao mesmo tempo em que se reveste em falha formal já devidamente suprida.

1.2. Conforme anteriormente mencionado, o objeto da Concorrência nº 001/2023 é a contratação de manutenção preventiva em CBUQ.

Nesse sentido, cumpre-se esclarecer, com fulcro na PORTARIA-TCU Nº 444, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, que serviços de natureza continuada correspondem aos “serviços essenciais para assegurar a integridade do patrimônio de forma rotineira ou para manter o contínuo funcionamento das atividades do TCU, que se constituem necessidade permanente, cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente”.

Destarte, no mesmo trilhar, dispõe o art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

“Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.”

Note-se, portanto, que o serviço em questão não consiste em escopo cuja execução se exaure com o implemento do objeto contratado, trata-se de um serviço permanente visando a

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>

manutenção para garantir, de forma constante, boas e adequadas condições da malha asfáltica da municipalidade, cujo prazo contratual deve corresponder ao período que o gestor entende como necessário para que aquele objeto perdure à luz do interesse público.

Ou seja, esse tipo de contrato visa manter os elementos construtivos das vias, atendidos os preceitos técnicos e econômicos, tão próximos quanto possível das condições originais em que foram construídos (ou reconstruídos), objetivando preservar os investimentos, garantir a segurança do tráfego e o conforto dos usuários, além de manter o fluxo racional e econômico dos veículos.

E para que não restem dúvidas, traz-se a baila posicionamento do Tribunal de Contas da União, conforme se extrai dos autos do Processo TC 025.980/2020-3:

II.2. Visão geral do objeto

5. O escopo desta auditoria abrange serviços de conservação rodoviária, de natureza continuada, nos quais as atividades de manutenção são periodicamente planejadas, a partir da elaboração de um Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO).

6. No âmbito do DNIT, esse tipo de contratação está normatizado, principalmente, no Manual de Conservação Rodoviária e na Instrução de Serviço nº 08/DG/DNIT/SEDE, de 22/3/2019 (IS 8/2019).

Sendo assim, à luz do que dispõem as normas e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, entende-se que o Edital de Licitação – Concorrência nº 001/2023 enquadrou de forma correta o embasamento legal (art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93) quanto a vigência do contrato e a possibilidade de prorrogação da avença.

No entanto, caso este não seja o entendimento a prevalecer, entende-se que não existe razão/motivação para a suspensão do certame, tendo em vista que a simples recomendação para limitação do prazo de vigência e execução atenderia a finalidade da presente proposta dessa equipe de Auditoria.

Considerando a importância de manter o serviço de manutenção da malha viária de forma permanente, considerando que as vias estão em constante desgaste devido ao uso, ao prazo de

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>



sua construção e aos eventos da natureza, tais como o período chuvoso que ocorrerá daqui a alguns meses;

Considerando a importância de manter o serviço de forma a evitar que se aguarde a ocorrência dos danos para, somente após, realizar os estudos e uma futura contratação para sanar o problema, agravando ainda mais a situação;

Considerando que só serão pagos os serviços efetivamente executados e aprovados pela equipe técnica da Prefeitura;

Justifica-se a opção pela possibilidade de prorrogação descrita no inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Conforme indicado, nada obsta a realização do certame, já tão necessário ao município, na data apazada e, caso o Tribunal de Contas, no decorrer do contrato oriundo do certame licitatório deliberar no sentido de que o serviço não é de natureza continuada, fica estabelecido que não ocorra a prorrogação indicada, de forma que não existe dano ao erário.

1.3. No item em questão, essa equipe de Auditoria faz referência ao orçamento básico para os itens "execução de pavimento (2.2), geogrelha (2.7), execução manual de pavimento (3.1)", aduzindo que a execução deveria ser separada da aquisição.

Ocorre que ao analisar as planilhas, percebe-se que o item execução de pavimento foi calculado tendo como referência o código 95995 da tabela SINAPI mês de setembro de 2023.

Dessa forma, considerando que se trata de serviço de manutenção, entende-se que está correta a incidência da referida tabela, a qual, bem verdade, é mais vantajosa ao Município e cuja aplicação é recomendada no âmbito federal, conforme art. 3º do Decreto nº 7.983/2013:

"Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>



Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

No mesmo sentido, veja-se o posicionamento jurisprudencial do Plenário do Tribunal de Contas da União:

TCE DECORRENTE DE CONVERSÃO DE REPRESENTAÇÃO DA SECEX/RO, BASEADA EM INFORMAÇÃO DA OUVIDORIA DO TRIBUNAL. CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE PORTO VELHO/RO. SUPERFATURAMENTO DECORRENTE DE APLICAÇÃO DE BDI NOS TERMOS ADITIVOS EM PERCENTUAL SUPERIOR AO PREVISTO NA CLÁUSULA EDITALÍCIA E DE INCLUSÃO DE NOVOS SERVIÇOS NO ORÇAMENTO, COM CUSTOS UNITÁRIOS INJUSTIFICADA-MENTE ACIMA DO PREÇO MÉDIO DE MERCADO. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO E MULTA. 1. A jurisprudência deste Tribunal está consolidada no sentido de que, em contratos de obra pública, itens novos incluídos na planilha orçamentária ou serviços cujos quantitativos foram acrescidos devem se limitar aos preços unitários dos sistemas de referência, mantida ainda a incidência do percentual de desconto ofertado na licitação. 2. No que concerne à escolha do sistema de referência de preços para análise da adequabilidade dos orçamentos de obras públicas, a adoção tanto do Sicro quanto do Sinapi encontra previsão no Decreto 7.983/2013 (arts. 3º e 4º). A definição do melhor parâmetro de comparação de custos, contudo, está associada à natureza de cada serviço e às condições de sua realização, informações que devem ser cotejadas com o modelo descrito matematicamente na composição de custos apresentada pelos sistemas referenciais. 3. Os parâmetros para taxas de BDI em obras públicas indicados no Acórdão 2.622/2013 - Plenário são sempre a diretriz inicial a ser adotada nas análises empreendidas em processos desta Corte de Contas, podendo, contudo, serem admitidos alguns ajustes, desde que seja constatada a necessidade de harmonizar as premissas daquele modelo às particularidades do caso concreto.

(TCU - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE): 03155720104, Relator: MARCOS
BEMQUERER, Data de Julgamento: 20/07/2016, Plenário)

Quanto ao item "geogrelha", este foi calculado tendo como referência o código 1516299 da tabela SICRO do mês de julho de 2023, a qual, de igual forma, atende ao recomendado no Decreto Federal e na mencionada decisão proferida pelo Pleno do Tribunal de Contas da União.

Por fim, sobre o item execução manual de pavimento, este foi orçado conforme composição 04, a qual está basicamente fundamentada na tabela SINAPI mês de setembro de 2023.

Assim, não há razão para se desmembrar os referidos itens, tendo em vista que esses retratam exatamente as disposições constantes nas tabelas de referência SINAPI e SICRO, as quais, por sua vez, dispõem de total aderência com o objeto da presente licitação e atendem ao interesse da Municipalidade.

De toda a sorte, caso a valorosa equipe de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, entenda que em algum item seria passível de fracionamento e estabelecimento do BDI específico, não se vislumbra a necessidade de ajuste em edital ou adiamento do certame, apenas a recomendação para a implementação dos ajustes através de termo aditivo ao futuro contrato, ressalvando que conforme a decisão do TCU anteriormente transcrita "os parâmetros para taxas de BDI em obras públicas indicados no Acórdão 2.622/2013 - Plenário são sempre a diretriz inicial a ser adotada nas análises empreendidas em processos desta Corte de Contas, podendo, contudo, serem admitidos alguns ajustes, desde que seja constatada a necessidade de harmonizar as premissas daquele modelo às particularidades do caso concreto".

Considerando, então, a possibilidade de correção das propostas alterando o BDI dos itens indicados para o BDI reduzido, mantendo-se a ordem de classificação das licitantes, vez que a alteração, caso necessária, irá ocorrer de forma padronizada para todos;

Considerando a importância e urgência do objeto para a população, diante de suposta falha facilmente convalidável, e que não prejudica a competitividade;

Entendemos não haver a necessidade de atrasar um serviço tão importante para o interesse público e que deve vir a ser prejudicado pelo período chuvoso que ocorrerá em alguns meses.

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>



1.4. Antes de mais nada, deve-se esclarecer que a execução dos serviços a serem contratados se dará por demanda da fiscalização Municipal, quando mensalmente serão identificadas necessidades, produzidos os relatórios, autorizados os serviços e apurados os quantitativos de serviços executados para fins de medição e pagamento, conforme item 36.1 do Termo de Referência que assim estabelece:

"36.1. Os serviços de manutenção de pavimentos serão medidos mensalmente de acordo com o preço unitário dos serviços, multiplicados pelas quantidades, conforme executados e de acordo com os cronogramas físicos a serem determinados pela Secretaria de Infraestrutura de Camaragibe;"

Dessa forma, para a formação do orçamento foi utilizada uma referência quantitativa lastreada nas informações coletadas pelos técnicos do Município que perfizeram um quantitativo total de 15.750,00m e tendo como lastro o ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (anexo do Edital), que considerou todas as ruas pavimentadas das 5 (cinco) RPAs do Município de Camaragibe, que de acordo com o Termo de Referência serão classificadas em 7 (sete) escalas.

Dito isso, foi estimado o custo para manutenção permanente das vias do Município, cuja execução se dará a partir da necessidade mensalmente verificada pela fiscalização, de acordo a demanda e necessidade identificada pela gestão municipal, de forma que o pagamento somente será realizado de acordo com a quantidade de serviços efetivamente executados.

Ademais, para a execução de todo o serviço de manutenção de pavimentação foram estabelecidos 3 (três) níveis, quais sejam: preventiva, corretiva e restauração.

Quanto a manutenção preventiva, questionada no presente item, tem-se que essa se destina "para aplicação em vias com PCI acima do crítico de manutenção, prolongando a vida útil do pavimento" – vide Termo de Referência – Item 17.5.

Logo, conforme anteriormente aduzido, sua execução se dará partir da necessidade verificada pela fiscalização, o que, por corolário lógico, não demanda a apresentação imediata do plano de manutenção, o qual deverá ser produzido de acordo com a demanda e a necessidade identificada pela gestão.

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>



1.5. De forma bastante similar ao que explicado no item anterior, deve-se corroborar que “restauração” consiste no conserto da pavimentação (serviço executado dentro da situação de enquadramento na faixa crítica de serviço ou acima), sendo (de igual forma) parte integrante do serviço de manutenção da pavimentação, conforme definição consubstanciada no item 17.5 do Termo de Referência:

RESTAURAÇÃO: Intervenção que afeta toda a seção, levando o PCI de volta a 100. Pode ser aplicado em vias com PCI na faixa crítica de serviço. Ou, em casos de defeitos estruturais, em vias com PCI acima do crítico de serviço.

Considerando que este serviço é parte integrante da manutenção da pavimentação, entende-se, do mesmo modo do item anterior, que o levantamento da execução será implementado de acordo com a necessidade verificada pela fiscalização, o que, por corolário lógico, não demanda a identificação imediata das vias onde tais serviços serão realizados.

Outrossim, conforme explicado no item anterior, o quantitativo teve por base todas as ruas pavimentadas das 5 (cinco) RPAs do Município, estando contemplando dentro da estimativa geral para o serviço de “manutenção de pavimentação”.

III – DOS DOCUMENTOS

Quanto aos documentos requeridos na forma do item 2 do prefalado Ofício, registra-se que seguem em anexo ao presente documento.

IV – REQUERIMENTOS

Quanto aos dados requeridos na forma do item 2.3 do prefalado ofício, segue abaixo as informações:

Dados Pessoais dos responsáveis pela elaboração do edital.: segue os dados da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria nº. 008/2023, que elaborou o edital:

- **Pedro Emanuel Silva** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação, brasileiro, solteiro, RG nº. 376908233/SSP-SP, CPF nº. 089.161.844-95, endereço profissional na

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>



Avenida Dr. Belmino Correia, Nº. 3038, 1º andar – Timbi – Camaragibe/PE – CEP: 54.768-00;

- **Katarina de Kássia Barbosa Flor** – Membro da Comissão Permanente de Licitação, brasileira, solteira, RG nº. 7360935/SDS/PE, CPF nº. 065.332.474-09, endereço profissional na Avenida Doutor Belmino Correia, Nº. 3038, 1º andar – Timbi – Camaragibe/PE – CEP.: 54.768-00;
- **Adriana Rodrigues da Silva** – Membro da Comissão Permanente de Licitação, brasileira, solteira, RG nº. 4539698 SSP/PE, CPF nº. 908.294.924-53, endereço profissional na Avenida Dr. Belmino Correia, nº. 3038, 1º andar – Timbi – Camaragibe/PE – CEP.: 54.768-00.

Dados Pessoais do responsável pela elaboração do Projeto Básico e do Orçamento Básico.: segue os dados do Responsável Técnico, instituída pela ART OBRA/SERVIÇO nº. PE20231063300, que elaborou o Projeto Básico e o Orçamento:

- **Sérgio Matias da Silva** – Engenheiro Civil (Assessor Especial 1), brasileiro, casado, CPF nº. 795.699.784-49, endereço profissional na Avenida Doutor Belmino Correia, nº. 3038, 1º andar – Timbi – Camaragibe/PE – CEP.: 54.768-00.

V – DA CONCLUSÃO

Destarte, ainda que persista alguma das falhas apontadas pela valorosa equipe de Auditoria, o que não é o caso, estas não teriam o condão de macular todo o certame em referência, podendo ser adequada sem implicar na suspensão de todo o procedimento.

Pelo exposto, entende-se que restam apresentados as informações e documentos requeridos pela valorosa equipe de Auditoria da Corte de Contas, ao tempo que nos colocamos à disposição para a apresentação de quaisquer elementos adicionais que esta D. unidade técnica entender cabíveis e necessários.

Cordialmente,


EZEQUIEL RODRIGUES DE ALMEIDA.

Secretário Municipal de Infraestrutura

Município de Camaragibe/PE.

Avenida Dr. Belmino Corrêa, nº. 3038, Sala 26, Timbi, Camaragibe – PE, CEP. 54.768-000 – CNPJ nº. 08.260.663/0001-57 – Tel.: (81) 2129 – 9500 – <https://www.camaragibe.pe.gov.br>

